

CAPÍTULO 4

INIQUIDADES EM SAÚDE E DETERMINANTES SOCIAIS: DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA EQUIDADE NO SUS



<https://doi.org/10.22533/at.ed.716152518064>

Data de aceite: 26/06/2025

Leticia Paiva Fiquene

Thaís Silva dos Reis

RESUMO: Os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) são fatores sociais, econômicos e ambientais que influenciam as condições de saúde da população, afetando diretamente o acesso a serviços de saúde, alimentação e condições de vida. No Brasil, essas desigualdades são evidentes, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde a população enfrenta barreiras significativas no acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) e a serviços essenciais, como saneamento básico e educação. A falta de recursos, de infraestrutura e de políticas públicas integradas agrava essas disparidades. As desigualdades nos DSS resultam em disparidades na saúde, como maior taxa de morbidade e mortalidade nas populações de baixa renda e nas áreas periféricas. As políticas públicas existentes ainda enfrentam desafios para abordar essas questões de forma eficaz, devido à fragmentação das ações em diferentes setores. A promoção de uma abordagem intersetorial é essencial para superar essas barreiras e promover a equidade em saúde.

É necessário que as políticas públicas integrem saúde, educação, habitação e infraestrutura para enfrentar de forma eficaz as desigualdades em saúde no país. Somente com a integração desses fatores será possível reduzir as disparidades e melhorar as condições de vida da população mais vulnerável.

PALAVRAS-CHAVE: Determinantes Sociais da Saúde, Desigualdades em Saúde, Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) referem-se a um conjunto de fatores sociais, econômicos, culturais e ambientais que influenciam as condições de vida e, consequentemente, o estado de saúde da população. Esses fatores são reconhecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como fundamentais para compreender e enfrentar as desigualdades em saúde, uma vez que impactam diretamente no acesso a serviços de saúde, qualidade da alimentação, habitação e condições de trabalho (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

Dentre os principais DSS, destacam-se aspectos como nível de escolaridade, renda, emprego, saneamento básico, moradia e acesso a serviços de saúde. A distribuição desigual desses determinantes contribui para a perpetuação de iniquidades sociais e sanitárias, tornando necessário o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a equidade e a justiça social no setor da saúde (MARMOT et al., 2008).

Além disso, a inter-relação entre os DSS e a saúde coletiva evidencia a importância de abordagens intersetoriais para mitigar seus impactos negativos. Estratégias que envolvem diferentes setores da sociedade, como educação, habitação e assistência social, são essenciais para melhorar as condições de vida da população e reduzir as disparidades em saúde (SOLARES et al., 2020).

Dessa forma, a compreensão dos Determinantes Sociais da Saúde permite uma análise mais abrangente dos fatores que influenciam o bem-estar populacional, reforçando a necessidade de ações integradas que busquem promover a saúde de forma equitativa e sustentável (BREILH, 2010).

O PROBLEMA

A disparidade no acesso a condições de vida e serviços de saúde entre diferentes grupos sociais tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelas políticas públicas de saúde. As desigualdades no contexto dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS) têm repercussões significativas na qualidade de vida das populações, resultando em desigualdades no estado de saúde. Embora haja avanços na compreensão desses determinantes, a implementação de políticas eficazes que considerem suas múltiplas dimensões ainda é limitada, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e econômica.

Nesse cenário, surge a questão: como os Determinantes Sociais da Saúde influenciam as desigualdades em saúde, e quais são os desafios para a implementação de políticas públicas que promovam a equidade e a redução das disparidades em saúde no Brasil? O problema reside na necessidade urgente de ações intersetoriais que integrem os diferentes setores sociais e econômicos, a fim de minimizar as desigualdades e promover a melhoria das condições de saúde da população, especialmente das camadas mais vulneráveis.

OBJETIVO GERAL

Analizar a influência dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS) nas desigualdades em saúde no Brasil, identificando os principais desafios para a implementação de políticas públicas que promovam a equidade e a redução das disparidades no acesso à saúde.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar os principais Determinantes Sociais da Saúde que impactam as condições de saúde da população brasileira.

Examinar as desigualdades no acesso a serviços de saúde e as suas relações com fatores socioeconômicos, culturais e ambientais.

Avaliar as políticas públicas atuais relacionadas aos DSS e sua eficácia na promoção da equidade em saúde.

JUSTIFICATIVA

A compreensão dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS) é essencial para enfrentar as desigualdades em saúde que persistem no Brasil. Fatores como renda, escolaridade, moradia, acesso a serviços de saúde e condições de trabalho têm uma influência direta na qualidade de vida e no estado de saúde da população. A desigualdade no acesso a esses determinantes resulta em disparidades significativas entre diferentes grupos sociais, especialmente em populações de baixa renda e regiões periféricas, o que torna a análise dessas questões de extrema relevância.

Além disso, a saúde não pode ser abordada de maneira isolada, sem considerar os fatores socioeconômicos e ambientais que a impactam. A promoção de políticas públicas que integrem esses determinantes é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, sendo capaz de reduzir as desigualdades e melhorar as condições de saúde da população. A partir disso, a análise das políticas públicas existentes e a proposição de estratégias mais eficazes se torna imprescindível para a construção de soluções sustentáveis que atendam as necessidades das populações mais vulneráveis.

A pesquisa justifica-se pela urgência de uma abordagem mais ampla das questões de saúde, que vá além da assistência médica, considerando também os determinantes sociais. Este estudo busca contribuir com a discussão sobre a importância da intersetorialidade nas políticas públicas, ao mesmo tempo que oferece subsídios para a implementação de práticas que possam efetivamente reduzir as desigualdades em saúde no Brasil.

[REVISÃO BIBLIOGRAFICA

Os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) são fatores que influenciam diretamente as condições de saúde de uma população, incluindo aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. No Brasil, esses determinantes desempenham um papel crucial nas desigualdades em saúde, refletindo as disparidades entre as diferentes classes sociais e regiões do país. A compreensão de como esses determinantes atuam é essencial para a formulação de políticas públicas que busquem promover a equidade no acesso à saúde

e melhorar as condições de vida das populações mais vulneráveis (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

Entre os principais DSS no Brasil, destaca-se a desigualdade socioeconômica, que se manifesta por meio de fatores como a distribuição desigual de renda, o nível de escolaridade e a qualidade de moradia. Essas desigualdades resultam em diferenças significativas no acesso a serviços de saúde, alimentação adequada, saneamento básico e condições de trabalho. A falta de acesso a esses direitos fundamentais contribui para a perpetuação de um ciclo de pobreza e doenças, afetando principalmente as populações de baixa renda e as áreas mais periféricas (MARMOT et al., 2008).

O sistema de saúde brasileiro, embora conte com importantes avanços, como o Sistema Único de Saúde (SUS), ainda enfrenta desafios para garantir acesso igualitário e universal a todos os cidadãos. A regionalização dos serviços de saúde, a insuficiência de recursos e a sobrecarga nos hospitais públicos são fatores que comprometem a efetividade do SUS, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, onde a população enfrenta maiores dificuldades no acesso à saúde. A integração de políticas públicas que envolvem a educação, a habitação e o saneamento básico é fundamental para superar essas barreiras (SOLARES et al., 2020).

Ademais, a promoção da saúde no Brasil precisa ser pautada em uma abordagem intersetorial, ou seja, que envolva diferentes áreas além da saúde, como educação, assistência social e infraestrutura. Estratégias de saúde que considerem os determinantes sociais de maneira integrada são mais eficazes para melhorar a qualidade de vida da população e reduzir as desigualdades em saúde. Portanto, é imprescindível que as políticas públicas brasileiras contemplam uma visão holística, abordando as causas estruturais da desigualdade social (BREILH, 2010).

RESULTADOS

A pesquisa sobre os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) no Brasil revelou que as desigualdades em saúde estão intimamente ligadas a fatores socioeconômicos, ambientais e culturais, que variam de acordo com a região e as condições de vida das populações. A análise dos principais determinantes sociais identificou que a desigualdade de renda, o acesso desigual à educação e à moradia de qualidade, e a falta de acesso a serviços de saúde são os fatores mais críticos para a manutenção das disparidades em saúde no país.

Os dados coletados indicaram que as populações de baixa renda, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, enfrentam dificuldades significativas para acessar cuidados de saúde adequados, resultando em maiores taxas de morbidade e mortalidade. Além disso, a falta de saneamento básico e condições de habitação adequadas nas periferias das grandes cidades agrava o quadro de saúde dessas populações. Isso reforça a importância de políticas públicas que integrem saúde, educação, infraestrutura e assistência social, de

forma a promover um ambiente saudável e melhorar as condições de vida (MARMOT et al., 2008).

Ademais, foi observada uma disparidade no acesso a serviços de saúde entre as áreas urbanas e rurais, com as populações rurais apresentando um acesso limitado ao Sistema Único de Saúde (SUS), o que resulta em um atendimento insuficiente e, muitas vezes, ineficiente. A falta de estrutura no atendimento nas regiões mais afastadas compromete a eficácia das políticas públicas voltadas para a saúde, dificultando a redução das desigualdades (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

No que se refere à implementação de políticas públicas, os resultados apontaram que, embora haja um reconhecimento crescente da importância dos DSS, ainda existem desafios significativos na implementação de políticas que considerem esses determinantes de forma intersetorial. O estudo identificou que ações isoladas e fragmentadas nas áreas de saúde, educação, e infraestrutura não têm sido suficientes para reduzir as desigualdades em saúde de maneira eficaz. A integração de políticas públicas e a maior colaboração entre os diversos setores do governo são necessárias para um enfrentamento mais eficiente das desigualdades (SOLARES et al., 2020).

Em termos de resultados de saúde, observou-se que as populações com maior acesso a educação, renda mais alta e melhores condições de moradia apresentam melhores indicadores de saúde, com menores taxas de doenças crônicas e maior longevidade. Por outro lado, as populações em situação de vulnerabilidade social, com baixo nível de escolaridade e precariedade habitacional, continuam a apresentar altos índices de morbidade e mortalidade, refletindo diretamente a importância dos DSS para a promoção da saúde (BREILH, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS) no Brasil revelou a complexidade e a importância desses fatores na configuração das desigualdades em saúde no país. A partir dos dados coletados e analisados, foi possível observar que as desigualdades socioeconômicas, o acesso desigual à educação, a precariedade habitacional e a falta de infraestrutura adequada são determinantes chave para a persistência das disparidades em saúde. Essas condições influenciam diretamente o bem-estar da população, especialmente nas regiões mais carentes e periféricas, onde as populações enfrentam maiores desafios no acesso a serviços essenciais de saúde, educação e saneamento básico.

O estudo também demonstrou que, apesar de avanços importantes, como a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), as políticas públicas ainda carecem de uma abordagem mais intersetorial e integrada para efetivamente enfrentar as desigualdades em saúde. A fragmentação das ações e a falta de articulação entre os diferentes setores, como saúde, educação, habitação e infraestrutura, dificultam a promoção da equidade e a

redução das disparidades em saúde. Assim, para que as políticas públicas possam alcançar resultados significativos, é fundamental que haja uma maior integração entre as áreas e um planejamento que considere as interações entre os diversos determinantes sociais.

Em relação aos resultados de saúde, as populações mais vulneráveis, com baixo nível educacional, menor renda e condições de moradia inadequadas, continuam a apresentar piores indicadores de saúde. Isso reforça a necessidade urgente de políticas que considerem os DSS de maneira abrangente, promovendo melhorias nas condições de vida e acesso a serviços de saúde para todos, sem exceção. A promoção da saúde deve, portanto, ser vista não apenas como uma questão médica, mas como uma questão social e política, envolvendo uma série de ações integradas e direcionadas à redução das desigualdades.

Conclui-se que a implementação de políticas públicas eficazes depende da capacidade de integrar ações e estratégias intersetoriais que abordem os DSS de maneira holística. Somente dessa forma será possível enfrentar as desigualdades em saúde de maneira duradoura e sustentável, proporcionando uma melhoria significativa na qualidade de vida e na saúde da população brasileira.

REFERÊNCIAS

- BREILH, J. Epidemiología crítica: ciencia emancipadora e interculturalidad. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2010.
- BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.
- MARMOT, M. et al. Closing the gap in a generation: health equity through action on the social determinants of health. *The Lancet*, v. 372, n. 9650, p. 1661-1669, 2008.
- SOLARES, G. R. et al. Social determinants of health: conceptual framework and their influence on health. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 44, e28, 2020.